



Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1977.

ANO III

AVULSO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º — O parágrafo 3.º do Artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3.º — São condições de elegibilidade a Prefeito Municipal:

I — Ser Brasileiro.

II — Estar no Exercício dos direitos políticos.

III — Ser maior de vinte e um anos.

§ 4.º — O Vice-Prefeito considerar-se-á eleito com o Prefeito registrado conjuntamente.

Art. 2.º — Acrescente-se um parágrafo ao referido artigo, com a seguinte redação:

§ 5.º — São condições de elegibilidade a Vereadores às Câmaras Municipais:

I — Ser Brasileiro.

II — Estar no exercício dos direitos políticos.

III — Ser eleitor.

Art. 3.º — Revogam-se às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamento: Muggiati Filho, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, João Fadel, Waldenício Barbalho, Osvaldo Macedo, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Adalberto Daros, Hélio Manfrinato, Gabriel Manoel, Rosário Pitelli, Ezequias Losso, Enéas Faria, Aguinaldo Pereira Lima, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Accioly Neto, Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de emenda à Constituição, extinguir do texto Constitucional a exigência de idade mínima de 21 (vinte e um) anos para que o eleitor possa candidatar-se a Vereador.

A fixação de idade superior a vinte e um (21) anos como condição de elegibilidade para Vereador às Câmaras Municipais de Nosso Estado, contida no Item III § 3.º art. 105 Capítulo VI de nossa Constituição, socialmente, constitui afronta aos que compulsoriamente votam, mas não podem ser votados.

O "Caput" do artigo 150 da Constituição Federal é de clareza merediana "Artigo 150: SÃO ENELEGÍVEIS OS INALISTÁVEIS".

Daí nosso entendimento, que o cidadão ao completar dezoito (18) anos, não apenas é alistável, como também está sujeito a penalidades, caso não o faça. Depreendemos, portanto, que está explícito no contido neste artigo, a viabilidade de candidaturas de pessoas, que, sendo eleitores, não tenham ainda 21 (vinte e um) anos de idade. Além do texto constitucional referido, encontramos ainda, no parágrafo único do Artigo 3.º da Lei 5.782 de 06 de junho de 1.972, autorização

inequívoca, à que o cidadão ou cidadã que se encontre entre os 18 e 21 anos, possa disputar cargos eletivos aos órgãos Municipais, notem bem, a ampliação pela Lei citada, também a candidatos a Prefeitos e Vice-Prefeitos, senão vejamos:

Lei 5.783 de 06 de junho de 1972.

FIXA PRAZO PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República.

Faço saber.

Art. 1.º — Nas eleições.

Art. 2.º — Nas eleições.

Art. 3.º — Nas eleições Municipais, a se realizarem em 1972, o prazo previsto no artigo anterior fica reduzido a 3 (três) meses.

Parágrafo único: EM SE TRATANDO DE CANDIDATO DE ATÉ 21 (vinte e um) anos de idade, O PRAZO PREVISTO NESTE ARTIGO SERÁ REDUZIDO À METADE.

É de notar-se que a lei em questão, não apenas admite candidaturas na faixa etária de 18 a 21 anos, mas acima de tudo, oferece privilégios a quem nessa idade, pretenda iniciar-se na vida pública, reduzindo à metade, o prazo exigido para filiação partidária.

É de conhecimento público que em algumas comarcas de nosso Estado, so Excelentíssimos Senhores Juizes eleitorais, concedem registro de candidaturas de eleitores que não tenham 21 anos, resultando vários casos de vereadores eleitos que ainda não completaram a idade mínima fixada pela Constituição. Porém em outras comarcas, que por denúncias oferecidas pelo Ministério Público ou mesmo impugnações provocadas pelo partido adversário, baseando no preceito Constitucional, grande número de jovens privados de iniciar-se na vida pública.

A moderna psicologia ensina hoje, que não há distinção entre um indivíduo de 18 a 21 anos, no que tange às atitudes de comportamento. Não se pode medir capacidade e maturidade com a idade física. Se fôssemos estabelecer uma idade, estaríamos pré-julgando que ainda não se colocou em julgamento.

A nossa lei precentua uma idade de 18 anos para se votar; negar-se o direito de ser votado torna-se incongruente. A vizinha Santa Catarina tem em sua Carta Magna estadual a permissão de seus eleitores votar em candidato ao Governo com uma idade mínima de 25 anos, enquanto permanecemos nos 35 anos. Precisamos ir mais além. Devemos mostrar que o jovem merece ter a confiança do voto para tal, se para isto tiver capacidade, não será a idade que irá diminuí-la, pois ela é inata e o tempo não a mudará.

Ninguém ignora, que a maioria de nossos homens públicos, iniciam a vida política, como vereador, nada mais justo portanto, que, quando se conclame a juventude a participar do esforço nacional para o desenvolvimento, e cobra-se dos jovens uma maioria presença na solução dos problemas nacionais, extirpar-se do texto constitucional a proibição de candidaturas a Vereador de jovens com menos de 21 anos.

É o primeiro passo. Sabemos que os jovens de 18 a 21 anos o dará com firmeza.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX